



Interpeleção Escrita

Há vários anos que o ideal político do Governo da RAEM é a criação de um “governo transparente”, mas isto exige que as suas políticas sejam transparentes, especialmente, no que toca às questões de interesse público de relevante importância e às obras públicas, pois são estas que devem conseguir suportar a pressão da fiscalização da população. Há alguns anos, o Governo implementou as “Bases de Desenvolvimento dos Serviços do Governo Electrónico de Macau (2005-2009)”, e posteriormente, em 2007, implementou o “Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade”. De facto, com a implementação destes regimes, a eficácia dos serviços públicos registou algum aumento, no entanto, existem lacunas na divulgação de informações sobre as despesas com a administração e com as obras públicas.

Nos últimos anos, têm sido frequentes os atrasos na finalização de obras e grandes as derrapagens nos orçamentos das grandes concessões de obras públicas. Os residentes estranham a frequência destes problemas e esperam poder dispor de mais vias de informação para ficarem a conhecer quais são as respectivas causas, no entanto, na maioria dos sites dos serviços públicos, não é possível encontrar quaisquer informações sobre estes problemas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Segundo algumas pessoas que sabem encontrar informações através da Imprensa Oficial (IO), muitos dos contratos de concessão estão publicados no Boletim Oficial, no entanto, alguns não referem os valores a pagar, e mesmo quando estes são dados a conhecer, não se refere qual é a rubrica do orçamento que suporta o respectivo encargo. Estas questões já afectaram, de certo modo, a confiança da população no Governo, e também os resultados das suas políticas.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, os residentes estão habituados a obter informações através dos sites dos diversos serviços públicos, e são poucos os que as obtêm através do site da IO. O Governo publica alguns contratos de grande importância, no entanto, como poucos os conhecem, surgem mal entendidos e suspeição entre os residentes. Os serviços competentes vão então divulgar os contratos e os diversos relatórios, considerados não confidenciais, nos sites dos respectivos serviços públicos? Vão incluir esta divulgação na Carta de Qualidade dos respectivos serviços?
2. Muitos residentes são de opinião que devem ser dados a conhecer os detalhes dos casos que envolvem avultados montantes do erário público.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Actualmente, quanto a alguns contratos de prestação de serviços e a obras públicas divulgados pela IO, as informações sobre os gastos não são claras, pois não há referências aos valores a pagar nem à rubrica orçamental que suporta determinado encargo. De facto, as concessões de serviços públicos e os contratos de prestação de serviços só são divulgados quando se excede um determinado valor, no entanto, já se registaram, no passado, casos em que os serviços públicos dividiram o pagamento em várias fases para, segundo se presume, se esquivarem da publicação dos valores em causa. A transparência das finanças é fundamental para a transparência da governação, e está relacionada com a imagem de integridade do Governo. Com vista a que casos destes não voltem a repetir-se, que medidas vão os serviços competentes implementar? Vão criar um modelo claro e único para a divulgação de informações sobre os diversos tipos de contratos, especificamente, sobre os valores envolvidos e respectivas rubricas do orçamento?

3. Recentemente, o Governo da RAEM criou o Centro de Informações ao Público e o Gabinete do Porta-voz do Governo, no entanto, a sociedade é de opinião que ainda existem muitas insuficiências nestes mecanismos de divulgação de informações, por isso, são fracos os resultados quanto à transparência das políticas do Governo. Os serviços competentes já



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

avaliaram os resultados dos referidos mecanismos? No futuro, vai ser criado algum regulamento claro para a divulgação das informações do Governo e respectivos métodos?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Si Ka Lon

16 de Janeiro de 2014